



“CRISTIANISMO CULTURAL” E “CRISTOFOBIA”: A POLÍTICA CULTURAL DO GOVERNO BOLSONARO

Palavras-Chave: RELIGIÃO PÚBLICA, GOVERNO BOLSONARO, CRISTIANISMO CULTURAL,
CRISTOFOBIA

Autores(as):

BRENDA MOURA BROSSI DA CUNHA, IFCH - UNICAMP

Prof. Dr. RONALDO RÔMULO MACHADO DE ALMEIDA, IFCH - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) está vinculado a um projeto mais amplo coordenado pelo Prof. Livre-Docente do IFCH/Unicamp, Ronaldo de Almeida¹. Segundo o projeto geral, a conjuntura política e cultural contemporânea caracteriza-se, entre outros movimentos, pelo recrudescimento do conservadorismo de direita e extrema-direita, o que tem atingido pilares da democracia em diversos países da América Latina e de outros continentes. O Brasil tornou-se um dos epicentros desse processo, sobretudo, com a eleição de Jair Bolsonaro para presidência da República em 2018. Dentre os que dão sustentação ao atual governo, os atores e as instituições religiosas têm tido papel decisivo. A hipótese é que uma direita religiosa ampla está sendo articulada e potencializada pelo governo Bolsonaro em termos neoconservadores e sob uma lógica populista.

Este projeto de pesquisa se dá no marco da reflexão da religião na esfera pública, propõe mapear e analisar clusters dos quadros burocráticos, das políticas públicas e dos interesses corporativos religiosos em diferentes ministérios que abrigam distintos segmentos político-religiosos no campo cultural, partido do acompanhamento e análise qualitativa dos quadros religiosos presentes na burocracia do Governo Bolsonaro e o que está sendo produzido de políticas públicas para o setor cultural. Busco colaborar com o reconhecimento dos principais campos da “guerra” cultural, controvérsia pública observável em dois termos nativos, um reativo e outro propositivo: “Cristofobia” e o “Cristianismo Cultural”.

METODOLOGIA:

Tendo como objetivo investigar como a Secretaria de Cultura da administração federal tornou-se um espaço prático no qual se desenrola a "guerra cultural" implementada por setores religiosos no Governo Bolsonaro por meio do mapeamento dos quadros burocráticos de primeiro e segundo escalões e os editais da Secretaria da Cultura com a finalidade de esclarecer os interesses dos políticos religiosos, a metodologia foi qualitativa (Eckert & Rocha, 2008). Com coleta desses dados e análise das trajetórias de carreiras acadêmicas e religiosas e dos currículos dos quadros mapeados. Essa coleta se realizou pelo mapeamento da Secretaria dentro do site do Ministério do Turismo. Este mapeamento está sendo

feito em conjunto com outros orientandos do Prof. Ronaldo de Almeida (3 iniciações científicas, 1 mestrando, 2 doutorandos e 1 pós-doutorando) que estão investigando outros órgãos federais do Governo Bolsonaro nos quais a religião é tematizada, a saber: INEP do Ministério da Educação; Comunidades Terapêuticas do Ministério da Cidadania; Ministérios da Mulher, Família e Direitos Humanos; Ministérios da Justiça e Segurança Pública e FUNAI; Ministério das Relações Exteriores; e Secretaria da Cultura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A conjuntura político-religiosa do país ganhou uma configuração durante a campanha e eleições de 2018 e, desde o primeiro ano do mandato do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, tem se potencializado. Na sua candidatura - que foi sustentada por uma maioria considerável (69%) dos fiéis evangélicos² - os discursos buscavam seguir “algumas pautas que coincidem com a agenda religiosa, como ser contra o aborto” (Martins, 2021) e se posicionava em defesa de valores e da moral cristã. A inserção pública da religião é de longo prazo, e o caminho que as pesquisas do campo têm seguido baseiam-se na análise dos religiosos na administração pública. Isto se dá no marco teórico de que, segundo Casanova (2009), a abertura da religião à esfera pública é uma via de mão dupla que implica não apenas atores religiosos impondo suas normas na esfera pública, mas também atores religiosos sendo contestados por fiéis que se apropriam de normas seculares.

A Teologia do Domínio, de matriz evangélica norte-americana, surge na década de 1970 com movimentos religiosos que buscavam o nacionalismo cristão. Fiéis buscam aprovação de leis que refletem sua visão de cristianismo e suas conseqüentes funções na esfera política, buscando preservar um ideal de Estado governado por cristãos para todo o espaço público. Esta teologia é adepta e determina o proceder de muitos protestantes calvinistas e pentecostais, permitindo e incentivando a inserção de religiosos na arena política, transformando o discurso de “Crente não se mete em política” para “Irmão vota em irmão”. Isto ocorre numa perspectiva dualista, em que fiéis na política atuam como uma reserva moral combativa diante da corrupção política e desvio moral da sociedade. Em outra perspectiva teológica, mas que em termos políticos estão alinhados aos pentecostais da teologia do Domínio, os protestantes reformados compreendem que todas as áreas de atuação humana são importantes, pois Deus é o responsável por toda a atividade humana, neste sentido o fiel não deve dicotomizar o “ser sagrado” e o “ser secular”. Esta perspectiva tem impulsionado muitos a participarem das atividades políticas, “embora a separação entre a igreja e o estado seja necessária para a democracia, os reformados [...] entendem que não deve haver um divórcio entre suas convicções ético-religiosas e sua atuação na vida pública”³.

Kulturkampf, expressão alemã que impulsiona o conceito de batalha cultural, que foi usado para descrever um embate cultural entre grupos religiosos entre 1871 e 1878. O teólogo calvinista Yago Martins, afirma que Olavo de Carvalho foi certamente o maior divulgador do conceito no Brasil. Toda essa discussão ocorre num país de maioria cristã (católica/evangélica), com um legislativo repleto de fiéis evangélicos. Diante desta realidade nacional, é destacada a importância e o valor do plano cultural,

- cultura sendo entendida como comportamento e visão de mundo a ser disputado -. Disputa que cria os próprios inimigos (que cometem a cristofobia).

Sendo assim, a pesquisa caminhou em dois marcos. O primeiro visou sistematizar os dados dos agentes, com informações relevantes, como o setor, o cargo, a agenda política e currículo, além dos editais dos ministérios. Esta coleta busca elevar os dados de uma forma centralizada, possibilitando o manuseio e análise destas informações. Mapeei o MCom (Ministério das Comunicações), MTP (Ministério do Trabalho e Previdência), ME (Ministério da Economia), MI (Ministério da Infraestrutura) e o MTur (Ministério do Turismo), totalizando 1854 nomes recolhidos. Ademais, comecei a salvar a versão vigente do site da secretaria no WayBack Machine, uma ferramenta que possibilita acessar as versões anteriores (previamente salvas) dos sites. Estes dados serão trabalhados nas próximas etapas de pesquisa do grupo.

E a segunda parte se deu na investigação especificamente dentro do site da Secretaria e na busca pelas notícias nas quais o órgão ou seus agentes responsáveis estavam presentes, e a produção de um relatório resumindo a Secretaria Especial da Cultura - SECult - durante o Governo Bolsonaro (2019-2022). As atividades se concentram em relatar de forma qualitativa as informações da Secretaria Especial da Cultura, a fim de criar uma perspectiva cronológica dos acontecimentos, destacando os interesses dos políticos religiosos. Para realizar isto, parti de buscar notícias dentro do período de 2019 até 2022, filtrando a pesquisa com termos como, “Secretaria da Cultura”, “Bolsonaro”, “Cultura”, “Religião”, o nome dos agente, etc. Deste modo coletei informações em ordem de acontecimento dos quadros, as maiores polêmicas, alterações e mudanças em leis e pautas econômicas.

A promessa política de desarticulação da pasta de cultura de Bolsonaro se concretizou, e, desde 2019 dentre os inúmeros acontecimentos, polemicas e ataques destaco: A tentativa de suspensão de produções audiovisuais sobre a pauta LGBT pela Ancine; o financiamento de eventos religiosos (Dia do Evangélico), concomitantemente eventos de jazz que a captação de recursos pela Lei Rouanet foi negada, e justificada judicialmente pela Funart como “desvio de objeto e risco a malversação do recurso público”, além de afirmar que “o objeto e finalidade maior da toda a música não deveria ser nenhum outro além da glória de Deus e renovação da alma”; projeto de sucateamento da “Lei de Incentivo à Cultura”, antiga Lei Rouanet, além do acréscimo da categoria “Arte Sacra”; Presença de inúmeras figuras religiosas, além de grupos abertamente ultrarreacionário anticomunista no Iphan; ataques à locais e objetos sagrados de povos amazônicos e afro-brasileiros; nacionalismo exacerbado, gerando produção cultural “#AmorPeloBrasil”, celebração dos 200 anos da Independência do Brasil, com a exposição “Um coração ardoroso: vida e legado de D. Pedro I”.”, contando inclusive com o coração mumificado de Dom Pedro I.

CONCLUSÕES:

Em suma, o que demonstra na pasta é o que defino como “fantasma reacionário”, uma total instabilidade e desmonte nesse período, negligência, também a desarticulação de questões relacionadas à preservação das religiões afro-brasileiras, atuação forte de monarquistas católicos,

disputa de religiosos pelos cargos, fortalecimento de eventos evangélicos e nacionalistas. Segue os trechos iniciais do relatório:

A questão da cultura durante o período de governo de Jair Bolsonaro é extremamente conturbada e instável. O ponto de apoio entre todos os secretários que assumiram o cargo durante esses 4 anos de mandato se dá por serem marcados pelo desmonte da mesma. Isso aconteceu desde os primeiros momentos de Bolsonaro no governo, com a extinção do Ministério da Cultura, neste sentido, as pautas culturais foram reduzidas a uma secretária, num primeiro momento dentro do Ministério da Cidadania e depois, onde se localiza até hoje, em uma pasta dentro do Ministério do Turismo, conhecida como Secretaria Especial da Cultura.

Desde 2019 a Secretaria contou com 6 diferentes secretários, algumas personalidades com pouca ou nenhuma formação na área de arte e cultura e outras com experiência, como alguns atores. O mais marcante da Secretaria se dá no “fantasma reacionário” que a percorreu nestes anos, tendo e seu histórico inclusive vídeos inspirados na estética nazista, realizada por Roberto Alvim, e o chique televisionado de Regina Duarte enquanto deslegitima as mortes que ocorreram durante o período da pandemia.

BIBLIOGRAFIA

¹ Esta pesquisa mais ampla conta com os seguintes financiamentos em andamento: 1. Bolsa de Pesquisa no Exterior Fapesp (processo 2019/13130-6). 2. Convênio CAPES-COFECUB, processo: 23038.021329/2017-39. 3. Projeto Temático FAPESP, processo: 15/02497-5.

² Segundo pesquisa DataFolha divulgada em 25 de outubro de 2018 as intenções de voto no segundo turno entre os evangélicos foi de 69% para Bolsonaro, a maior diferença dentre as filiações religiosas. Ver: «<http://www.ihu.unisinos.br/584304ovotoevangelicogarantiaeleicaodejairbolsonaro?fbclid=IwAR3ifglw6QIubHUhMlI33zWx5I4v8VZBTnu3n9DMJZriESIo2KXfMjzfGo>» (Consultado em 11/05/22) As intenções de voto para Bolsonaro por parte dos evangélicos totalizaram 37% da sua votação total.

³ Disponível em: http://www.monergismo.com/textos/calvinismo/calvinismo_alderi2.htm (Consultado em 12/05/22)

CASANOVA, José. Private and Public Religions. In: Social Research, Vol. 59, No. 1, Religion and Politics (SPRING 1992), pp. 17-57. The New School, 1992.

ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. Dossiê: Conservadorismo, Direitos, Moralidades e Violência. Cadernos Pagu, 2017.

ALMEIDA, Ronaldo. A religião de Bolsonaro. In: Avritzer, Leonardo; Kerche, Fábio; Majorie Marna (orgs.) Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política. São Paulo, autêntica, 2021.

ALMEIDA, Ronaldo. Os deuses do parlamento. In: CEBRAP, Novos Estudos. São Paulo, junho de 2017.

MARTINS, Yago. A religião do bolsonarismo: um ensaio teológico. 2021.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. 2008a. Etnografia: saberes e práticas. *Illuminuras Revista Eletrônica do BIEV/PPGAS/UFRGS*, 31. 2008.